

FACULDADE LABORO  
Licenciatura em Pedagogia

**THAINARA RIBEIRO COSTA**

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
DIAGNOSTICADAS COM TEA**

São Luís  
2022

**THAINARA RIBEIRO COSTA**

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
DIAGNOSTICADAS COM TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade  
Laboro, para obtenção do título de Pedagogo

Orientador(a): Prof.(a). Maria Eliana Alves Lima

São Luís  
2022

**THAINARA RIBEIRO COSTA**

**O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
DIAGNOSTICADAS COM TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Pedagogia da Faculdade Laboro, para  
obtenção do título de Pedagogo.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. (Orientadora)**  
Doutora em ...  
Universidade ...

---

**Examinador 1**

---

**Examinador 2**

# O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TEA

THAINARA RIBEIRO COSTA<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre o transtorno do espectro autista e do papel da gestão escolar na inclusão dessas pessoas no âmbito educacional. Tem como objetivo analisar a política de inclusão e os seus reflexos na socialização e no ensino aprendizagem da pessoa com autismo, observando sistematicamente a atuação da gestão nas adaptações que ela fará para o recebimento desses alunos. A pesquisa pautou-se em estudos de referenciais teóricos que defendem as leis de inclusão e valorizam as mudanças do planejamento escolar e a formação para os professores para atenderem na perspectiva da diversidade e da aprendizagem inclusiva. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, com embasamento em Libâneo, Lucke e Vieira que defendem a gestão democrática com a participação da comunidade na tomada de decisões referente a organização escolar. Também incluiu a pesquisa documental de instrumentos técnicos norteadores como o Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais que faz a contextualização sobre o surgimento do autismo, buscou-se referencias de outros estudiosos como Brito e Siqueira que apontam a manifestação do autismo, seus estereótipos e conclusões após o diagnóstico. Por fim, Mantoan com estratégias de ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais e o Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado que visa a realização de ações, nas quais a gestão tem importante participação na relação com a família para a melhoria do processo ensino-aprendizagem do aluno autista.

**Palavras-chave:** Gestão. Inclusão. Autismo.

---

<sup>1</sup> Pedagogia, Faculdade Laboro, ano de conclusão.

## **1 INTRODUÇÃO**

De acordo com a Declaração de Salamanca é reconhecido o direito de crianças, jovens, adultos e pessoas com necessidades educacionais especiais o direito de frequentar o ensino regular. Com base nisso, destacamos o Transtorno do Espectro Autista que é caracterizado pelas alterações na comunicação, na linguagem e na interação social, elas aparecem precocemente nos primeiros anos de vida, e após o diagnóstico é recomendado o tratamento com a equipe multidisciplinar que contribuirá para que a criança consiga se desenvolver durante a sua vida social e escolar.

O objetivo desse trabalho é buscar conscientizar sobre essa realidade já existente, mas que passou a ser discutida devido a frequente procura dos pais por escolas que atendam às necessidades educacionais especiais de seu filho(a). Com isso, os teóricos apresentados ao longo do desenvolvimento da pesquisa destacarão os conceitos de gestão democrática e inclusiva, autismo, diagnóstico do TEA e as contribuições da gestão para a recepção do aluno autista, além das leis de inclusão e dos documentos norteadores que ressaltarão que esses indivíduos pertencem a essa sociedade, tem seus direitos e merecem ser incluídos e respeitados.

Portanto, o texto destacará o papel da gestão escolar na receptividade e na adaptação em seu currículo para a contribuição no ensino aprendizado do aluno com TEA, também na atenção para os docentes que não estão adeptos a tal realidade, contribuindo com formações para que ele seja um profissional mediador do conhecimento sem distinções. Por fim, estabelecer o contato com os pais e criar espaços para que a criança desperte suas habilidades motoras e socioemocionais, contribuindo para a sua formação, não compactuando com uma educação padronizada e excludente, trabalhando na diversidade e respeitando as diferenças

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Gestão Escolar**

Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam somente ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática.

Enquanto lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. No art. 3º a LDB ressalta que o ensino será ministrado com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1998 no artigo 206, que fala o seguinte:

Art. 206º, inciso

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Nesse sentido, o ensino deve ser direcionado com igualdade para todos, as escolas públicas e privadas devem coexistir com concepções pedagógicas que permitam que o indivíduo expresse seu pensamento crítico e aprenda a respeitar também a liberdade do outro.

A elaboração de um planejamento escolar surgiu com o objetivo de apresentar um documento que componha todas as necessidades da comunidade escolar e as oportunidades que serão estabelecidas para a mesma. Para isso, foi elaborado um plano de educação o PNE que teve seu surgimento em 1962, mas que teve aprovação em 2014 pela lei. Nº13.005/2014.

Esse planejamento servirá para guiar a rotina da escola dando direcionamento para os alunos e professores. Portanto, ele precisa ser flexível para atender as necessidades de todos que pertencem a comunidade escolar e de acordo com as necessidades que serão estabelecidas pela gestão.

Conforme Libâneo; Oliveira; Tochi (2006 p. 328), “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.” Diante disso, a construção do planejamento da gestão escolar é

fundamentar a realidade escolar, a coletividade e o comprometimento com todos que compõem essa comunidade.

Segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. Tendo isso, a gestão democrática escolar é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e a democracia.

## 2.2 Gestão democrática e inclusiva

A concepção de gestão democrática está relacionada a participação coletiva e organizada com o comprometimento na qualidade do ensino para todos. Segundo Lucke (2001), a gestão democrática pressupõe um trabalho integrado em que todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar possam participar das decisões e vivências do cotidiano da escola e que esta possa se tornar um ambiente de participação e respeito as diferenças.

Não há mais sentido em preservar modelos de ensino tradicional e desprezar as diferenças, mantendo uma escola que exclui os seus alunos. O artigo 208 da Constituição Federal, § 1º reza que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo”. Ainda no artigo 208 descreve que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino.

Para Michels (2006), a política de educação inclusiva tem o propósito não apenas de incluir todos, mas também de descentralizar as responsabilidades do sistema educacional com todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, toda comunidade escolar é parte fundamental no gerenciamento das escolas e os professores passam a assumir um novo papel como gestores da educação.

Diante disso, percebe-se que o papel da gestão é incentivar os seus professores e toda comunidade a participar ativamente das atividades e da tomada de decisões dentro da escola. Tendo isso, a inclusão deve acontecer de forma que não prejudique o aluno que se encontra em condição vulnerável. O professor também passa a exercer a função de gestor da educação, no qual traçara metas juntamente com a gestão para o acolhimento e adaptação dos alunos com alguma especificidade.

Mantoan (2003), acreditando no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, aponta algumas estratégias que contribuem para a aprendizagem dos alunos.

- Colocando como eixo das escolas, que toda criança é capaz de aprender;
- Garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um;
- Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola;
- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos.
- Substituindo o caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativo de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, a inclusão implica em práticas pedagógicas inovadoras, visando o sucesso e aprendizagem de todos os discentes.

### 2.3 Considerações sobre o Autismo

Ao longo dos anos tem se tornado frequente as pessoas que apresentam algum transtorno, dentre vários temos o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que com diagnóstico é possível notar algumas condições, como a dificuldade em se comunicar e a interação social, problemas esses que não direcionado ao profissional especializado, torna dificultoso o processo de ensino-aprendizagem da criança. Dessa maneira, é frequente nas escolas a entrada desses alunos, visto que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu Art. 206, inciso I, a igualdade de condições de acesso a permanência na escola para todos.

Segundo o DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) (2014, p. 50). O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Esse documento estabelece critérios que facilitam o diagnóstico



precoce e o tratamento de vários transtornos mentais, esse diagnóstico é fundamental para que melhores intervenções sejam realizadas. Continuamente, o documento enfatiza que associado a uma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental ou a outros transtornos do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental, é registrado o transtorno do espectro autista associado a (nome da condição, do transtorno ou fator).

Esses direitos também são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), nos Arts. 58 e 59, que oferecem respaldo para que o ensino das pessoas com deficiência (e que apresenta necessidades educacionais especiais) seja ministrado no ensino regular, preferencialmente, assim como em decretos e documentos.

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Desse modo, os artigos destacam que as pessoas com necessidades especiais têm o direito de ingressar na rede de ensino, também devem ter atendimento com profissionais especializados, professores com capacitações para atender a sua

condição, o currículo educacional também deve ser adaptado juntamente com o planejamento escolar, com a finalidade de incluir esse indivíduo, inserindo-o nas atividades educacionais.

### **3. Indicadores de Diagnóstico do TEA**

O autismo se manifesta ao longo do desenvolvimento da vida da criança, cada criança com autismo possui uma particularidade e estereotipia diferente, é possível que além do TEA as crianças apresentam outros transtornos, não se sabe ao certo como surgiu o autismo.

Segundo o DSM-V (2014 p. 51) Isso pode estar relacionado ao fator genético e fisiológico, e seu diagnóstico é mais frequente no sexo masculino do que no feminino, ele também pode vir acompanhado de outros distúrbios, como depressão, epilepsia e hiperatividade. Apresentando -se em graus variados, desde os mais severos (quando a pessoa não fala, não olha, não demonstra interesse com o outro) até os mais leves, chamado de alto funcionamento (falam, são capazes de acompanhar os estudos, desenvolver-se em uma profissão, criar vínculos com outras pessoas).

Siqueira (2013), considera que o autismo é diagnosticado nos três primeiros anos de vida, quando os neurônios que coordenam a comunicação e os relacionamentos sociais deixam de formar conexões necessárias. Embora o transtorno seja incurável, quando delonga para ser reconhecido e esses neurônios não são estimulados no momento correto, a criança possui um atraso na aprendizagem no que culmina no sofrimento das famílias.

Siqueira também ressalta, que diagnosticadas, as crianças são condicionadas a um tratamento com a equipe multidisciplinar, que a psicóloga ou outra fonte procurada indicará aos responsáveis da criança com autismo. Com o início do tratamento, os pequenos irão despertar comportamentos diferentes. Essa equipe trabalhará no desenvolvimento das chaves motoras que as crianças possuem, a terapia é uma via de mão dupla, pois a família também precisa demonstrar interesse para compreender as particularidades desses pequenos indivíduos.

Em contrapartida, Brito (2017) vai destacar em seu e-book as estratégias de intervenção nos transtornos do espectro do autismo, a autora reitera que não a respostas absolutas prontas e corretas para todo e qualquer caso. Isso porque cada caso tem a sua particularidade e cada estratégia e práticas sobre como intervir com o TEA devem ser levadas em consideração uma série de aspectos, como aspectos comportamentais, fator ambiental, dentre outros. Contudo, já existem diversos estudos científicos que apontam que quanto mais precocemente a criança for encaminhada para o profissional especializado, melhor será suas oportunidades de desenvolvimento ao longo de sua vida.

#### **4. O papel da gestão na recepção do aluno autista**

Quando é mencionado a inclusão dos alunos autistas nas escolas, deve ser pensado também sobre o professor, por vezes ele não está preparado para o recebimento da criança autista. Sabe-se que a função desse profissional é mediar o conhecimento e contribuir para a formação cognitiva e o despertar das competências socioemocionais dos pequenos em sala de aula.

Um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação de qualidade para todos, sem distinções e que assegure um trabalho educativo, organizado e adaptado para atender as Necessidades Educacionais Especiais dos alunos. Nesse sentido, Borges (2005, p.3, apud Bortolozzo, 2007, p. 15) afirma que:

“um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado”.

Ele considera, que o indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar no ensino regular. Uma maneira de melhorar e promover uma aprendizagem significativa para a criança, é adaptando o currículo escolar e promovendo atividades com a utilização de recursos didáticos, tornando o aprendizado prazeroso para o aluno.

De acordo com Valle e Maia (2010, p.23), a adaptação curricular se define como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e

procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reitera no capítulo V, sobre a educação especial, no seu: Art. 59º, inciso I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Tendo isso, a flexibilização desse currículo é uma forma de estabelecer vínculos entre os pais e os educadores, essa interação com a família é importante para a tomada de decisão que coincidiria com as vontades estabelecidas entre educador e família, tornando eficaz o ensino a partir de uma aula planejada e direcionada as competências estabelecidas para a educação do aluno com autismo.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado (2013, p.74 e 75) as ações necessárias para atender as necessidades educacionais especiais do autista, são as contribuições vinculadas a escola, sala de aula e família. Vale destacar as ações principais como:

- Capacitação específica para a professora da sala regular;
- Estudo e discussão sobre o processo de ensino e de aprendizagem do aluno, com os demais profissionais da escola, no Horário de Estudo Coletivo;
- Atendimento do aluno na Sala de Recursos Multifuncional (SRM);
- Trabalho cooperativo entre o professor da classe regular e o professor do AEE;
- Capacitação dos funcionários e demais professores da escola;
- Orientações à estagiária e à professora sobre como conduzir o trabalho pedagógico com o aluno na sala de aula;
- Presença regular da estagiária na sala de aula;
- Contato permanente com a família;
- Acolhimento do aluno pela equipe escolar.
- Providenciar a implantação de um sistema de Comunicação Alternativa e Suplementar (CAS); -
- Reforçar a relação família/escola a fim de desenvolver estratégias que possam viabilizar e melhorar o desempenho acadêmico e social do aluno;
- Motivar os pais a participar das reuniões da escola;
- Favorecer situações de troca entre família e escola;

Os itens acima são realizados por professores, coordenadores e gestores com a colaboração da família para o melhor desempenho das crianças com necessidades especiais. Vale ressaltar que os profissionais da instituição devem também adaptar avaliações para a facilitação do processo de ensino aprendizagem. Por fim, descrever as conquistas desses alunos durante o período e quais objetivos foram alcançados na sala de aula, tendo uma devolutiva que servirá de parâmetro para a instituição e também para os pais, a fim de buscar outras maneiras para melhorar ou aprimorar o desempenho do aluno durante a sua jornada escolar.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a presente pesquisa realizada e apesar de serem existentes as leis que respaldam que o ensino seja inclusivo para as pessoas com necessidades educacionais especiais, dando direito aos caminhos para o avanço da inclusão no país e validando as políticas de inclusão. Ainda é possível presenciar escolas e profissionais despreparados para tal demanda, instituições que por vezes reconhecem esses direitos e praticam apenas no papel, na prática garantem a inclusão somente na realização da matrícula, mas a realidade acaba sendo destorcida. Diante disso, os docentes enfrentam desafios na inclusão, pois além do despreparo ainda é estudado cientificamente as formas distintas que o autismo se manifesta. Tendo isso, é importante que o profissional que ensinará esse indivíduo esteja ciente do que seja o Transtorno do Espectro Autista e dos desafios que encontrará diante de cada particularidade.

Sabe-se que cada autista tem sua particularidade e que ele precisa do acompanhamento de um profissional especializado, além do docente em sala, e do material didático adaptado de acordo com a necessidade que ele apresenta. Por isso, é importante que a gestão seja receptiva com os pais e com os alunos que estarão entrando na instituição para cursar o ano letivo.

Os pais muitas vezes negam o diagnóstico por medo do filho(a) sofrer preconceito na escola, o que acaba dificultando no trabalho do docente. Sendo assim, a gestão precisa fazer uma sondagem com esses pais para a recepção desse aluno, para que futuramente ele não tenha traumas em relação ao ambiente de aprendizagem e

também oferecer formações para seus docentes e ampliar os espaços da escola para a recepção de profissionais multidisciplinares que contribuíram para a receptividade e estímulo no ensino-aprendizagem desses alunos.

Por fim, acredita-se que a um longo caminho a ser percorrido, a inclusão deve ir além da sala de aula, as políticas educacionais precisam ser fiscalizadas e cobradas, deixarem de existir apenas no papel e serem efetivadas na prática, as instituições de ensino precisam ter consciência da importância de conhecer a criança autista, seu diagnóstico, como surgiram os estudos sobre o autismo e contribuir para o processo de inclusão desse aluno.

## REFERÊNCIAS (NBR 6023/03)

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION- APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. **Banco de dados para o uso de tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores e alunos com necessidades especiais**. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Pedagogia/anarita.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/anarita.pdf)

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988**.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996

BRITO, Maria Claudia. Estratégias Práticas de intervenção nos Transtornos do Espectro Autismo. 1. Ed. Instituto Nacional Saber Autismo. 2019. Disponível em:  
<https://drive.google.com/drive/folders/1EqNDSYdKvxnuLR19Ai4WmV7Y82jDwkiG>

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Lei n. 13.005, de 25 de junho de **2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – **PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun **2014**.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCK, H. [et al]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MICHELS, M.H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da forma educacional

brasileira que atribuem contornos à organização escolar: In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, ANPED: Campinas, Autores Associados, v. XI, nº33, set/dez., 2006, p.406-423.

Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado/ Rosimar Bortolini Poker ... [et al.]. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_9\\_poker\\_v7.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf)

SIQUEIRA, Cláudia Machado. **Autismo se instala nos 3 primeiros anos de vida**: conheça possíveis sinais do transtorno. Fantástico. Rio de Janeiro. 11 de agosto de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/quadros/autismo-universo-particular/noticia/2013/08/autismo-se-instala-nos-3-primeiros-anos-de-vida-conheca-possiveis-sinais>

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão**: extraíndo significado da base legal. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.